

# O ROMANTISMO E A HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA

Elizabeth Fiori

Universidade Estadual de Londrina – UEL

## RESUMO:

Este trabalho aborda a íntima conexão da historiografia literária brasileira com o movimento romântico e de ambos com a história e política brasileira. A historiografia literária brasileira nasceu com o romantismo, antecipando-se às próprias obras de criação e estabelecendo uma teoria da literatura cujo cerne é o sentimento nacionalista, que, embora presente na produção colonial, só no século XIX alcançaria seu auge, sendo, com o romantismo, reconhecido sem reservas pela crítica literária. Além disso, são observadas as atitudes críticas envolvidas na constituição do *corpus* poético romântico a partir de oito estudiosos da literatura brasileira, o que possibilita compreender melhor a tarefa historiográfica no Brasil.

**Palavras-chave:** Historiografia Literária Brasileira; Crítica Literária; Poesia Romântica.

## RÉSUMÉ:

Cette recherche porte sur le lien intime entre l'historiographie littéraire brésilienne et le mouvement romantique, d'une part, et entre ceux-ci et l'histoire et la politique brésiennes, d'autre part. L'historiographie littéraire brésilienne est née avec le romantisme, tout en précédant les propres oeuvres de création et en établissant une théorie de la littérature dont le noyau dur est le sentiment nationaliste qui, bien que présent dans la production coloniale, n'atteindrait son apogée qu'au XIX<sup>e</sup> siècle, quand il est, avec le romantisme, reconnu sans restriction par la critique littéraire. Les attitudes critiques impliquées dans la constitution du *corpus* poétique romantique sont elles aussi prises en compte dans cette recherche à partir de huit studios de la littérature brésilienne, ce qui permet de mieux comprendre le travail historiographique au Brésil.

**Mots-clés:** Historiographie Littéraire Brésilienne; Critique Littéraire; Poésie Romantique.

## A historiografia romântica

Embora parte da produção historiográfica literária antes do romantismo oficial no Brasil tenha se constituído em face aos

modelos canônicos e de criação portugueses, percebe-se, por outro lado, um gradativo acento no caráter de nacionalidade, que vem a atingir elevado grau com o romantismo, movimento nacionalista por excelência, em sintonia com o momento político propício à autonomia da nação. A vontade de uma literatura ou mesmo de uma cultura independente motivou diversos intelectuais brasileiros e até mesmo estrangeiros ao exame e sistematização da literatura brasileira, demonstrando-lhe o perfil nacional, paradigmático da canonização romântica, ou negando-lhe, mas enfim provocando discussões sérias em torno do assunto.

Assim, em 1829, o *Parnaso Brasileiro*, do cônego Januário da Cunha Barbosa, respondia ao *Parnaso Lusitano*, organizado por Almeida Garrett, impondo politicamente uma literatura que, se tinha origens clássicas, afastava-se cada vez mais dessas origens. Assim, também, Abreu e Lima, no *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil* (1835), enaltece os homens de saber no país, mas critica-lhes a apatia, a improdutividade intelectual que os assemelha aos portugueses e o português Gama e Castro, em 1842, nos artigos que publica no *Jornal do Comércio*, nega à literatura brasileira a sua autonomia, utilizando, para isso, o argumento de que a literatura toma o nome da língua em que se expressa. Esse argumento, no entanto, foi atacado pelo chileno Santiago Nunes Ribeiro, em 1843, na *Minerva Brasiliense*, com o estudo “Da nacionalidade da literatura brasileira”, onde o autor toma por distintivo entre as literaturas não a língua, mas, como ele diz, um princípio literário e artístico que

é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua (CORRÊA, 1996, p. 46).

Em 1836, é publicado em Paris, na *Revista Brasiliense*, o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, de Gonçalves de Magalhães, em que o autor esboça uma periodologia, dividindo a literatura em dois períodos: da descoberta do Brasil a 1808 e daí em diante. Retoma a idéia de Denis sobre a utilização da natureza

e do selvagem para a constituição de uma literatura original, a que acrescenta a religiosidade e o sentimento da pátria (NUNES, 1998, p. 217-219).

Nesse mesmo ano, Francisco de Sales Torres-Homem publica, na *Revista Niterói*, um artigo sobre os *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, a propósito do qual compara o Brasil atual, livre do domínio português, com o passado, concluindo a “notável” diferença entre eles: “Com a expiração do domínio Português, desenvolveram-se as idéias” (MARTINS, 1983, p. 96).

Em 1843, Pereira da Silva, seguindo o mesmo critério antológico de Januário Barbosa (NUNES, p. 217), publica o *Parnaso Brasileiro* ou “Novo Parnaso”, *Seleção dos melhores poetas brasileiros desde o Descobrimento do Brasil*, com estudo introdutório, “primeiro esboço de história literária, inventariando os escritores que fizeram literatura no Brasil, em que pese à insegurança e defeitos de seus informes” (CORRÊA, 1996, p. 47).

Alexandre Herculano também daria um artigo – “Futuro Literário de Portugal e do Brasil” – publicado na *Revista Universal Lisbonense*, em 1847, sobre os *Primeiros Cantos* de Gonçalves Dias, que seria exemplo da diferença entre literatura portuguesa e brasileira e prognóstico do futuro literário do Brasil (CORRÊA, 1996, p. 48).

No entanto, conforme Benedito Nunes, são os trabalhos de Gonçalves de Magalhães e de Francisco Adolfo de Varnhagen, aquele já mencionado, que devem ser destacados do período a que pertencem, pois “delinearam os esquemas cronológicos que serviram à construção de uma periodologia e veicularam os critérios que prestaram suporte ao estabelecimento de uma tradição canônica romântica estendida aos séculos XVII e XVIII” (NUNES, 1998, p. 217). Com o “Prólogo” do *Florilégio da Poesia Brasileira* (1850), a literatura brasileira passa a ter a história mais “complexa e sistemática” até essa data (MARTINS, 1983, p. 118). Desenvolvendo o programa nacionalista proposto por Denis, o critério para a seleção dos poetas foi o nascimento no Brasil e, sobre a seleção das obras, diz Varnhagen: “julgamos dever dar

sempre preferência a esta ou àquela composição mais limada, porém semigrega, outra embora mais tosca, mas brasileira, ao menos no assunto” (MARTINS, 1983, p. 118). Embora haja restrições quanto ao *Florilégio*, como a “ausência de concepções estéticas e de forma artística”, Wilson Martins (1983, p. 121), Alfredo Bosi (1994, p. 101) e Benedito Nunes (1998, p. 219) são unânimes em reconhecer o valor da pesquisa e da documentação empreendidas por seu autor.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva, em 1841, na introdução às suas *Modulações Poéticas*, faz um “Bosquejo da história da poesia brasileira”, dividindo-a em “seis épocas”: a primeira corresponde aos séculos XVI e XVII; a segunda e a terceira, à primeira e segunda metade do século XVIII, respectivamente; a quarta vai do século XIX até à independência; a quinta, da independência à “reforma da poesia” (por Gonçalves de Magalhães) e a sexta, de 1836 em diante (MARTINS, 1983, p. 107). Numa das publicações que fez na *Revista Popular*, contesta Abreu e Lima, assim como Gama e Castro, que negavam a nacionalidade da literatura brasileira e elogia a atitude defensora de Santiago Nunes Ribeiro. Em 1859, na “introdução histórica” de seu livro, também publicada na *Revista Popular*, Norberto declara serem os brasileiros o único povo da América a ter uma literatura nacional (MARTINS, 1983, p. 136) e essa nacionalidade existiria antes mesmo da independência, já que muitos episódios da colônia demonstrariam que os dois povos se distinguem espiritual e socialmente (CORRÊA, 1996, p. 47).

Outro estrangeiro viria a publicar uma obra significativa no sentido das letras brasileiras, por dar-lhes um alcance universal e reconhecê-las como autônomas em relação a Portugal. Trata-se do austríaco Ferdinand Wolf, cuja obra, *Le Brésil Littéraire* (1863), adotando a periodologia proposta por Joaquim Norberto, considera a literatura brasileira “como um processo regular, ininterrupto e crescente de nacionalização” (MARTINS, 1996, p. 193). Sua importância também advém do fato de ter sido a primeira obra a dar uma “visão orgânica da literatura do Brasil” (CORRÊA, 1996, p. 48).

Também José de Alencar e Machado de Assis contribuíram para a crítica literária brasileira. Alencar, em 1856, na polêmica sobre A Confederação dos Tamoios, de Gonçalves de Magalhães, acusa o falso romantismo e nacionalismo deste poema, que em nada se adequava às condições para uma literatura brasileira, desde o gênero até as descrições da natureza e o tratamento do índio, a que faltava sentimento e cores. A crítica de Alencar à Confederação dos Tamoios, segundo Afrânio Coutinho (1968, p. 97), revela, sobretudo, consciência de em que deveria consistir uma teoria brasileira da literatura, pois, indo além da crítica à incorporação de elementos brasileiros, o autor discutia a forma e o gênero mais propícios a esse fim. Além disso, o debate permitiu reflexões críticas sobre o indianismo e sua relação com o pensamento nacionalista. Conforme Coutinho,

Ele (o debate) foi um aspecto do movimento indianista, através do qual se procurava realizar aquela nacionalização. O pensamento indianista ocupa assim o centro da polêmica, isto é, discute-se qual o melhor modo de realizar-se em literatura a idéia indianista (1968, p. 99).

Quinze anos após essa polêmica, Castilho e Franklin Távora viriam a criticar a ficção alencariana. O primeiro, no seu periódico *Questões do Dia*, visava principalmente a vida política de Alencar (CANDIDO, 1975, p. 365). O segundo, sob o pseudônimo de Semprônio, escreveu oito cartas sobre *O Gaúcho* e doze sobre *Iracema*, no espaço que lhe abriu Castilho em seu periódico. O que ressalta dessa crítica é a concepção de literatura que sobressai das cartas de Franklin Távora, em que ele acusa, em *O Gaúcho*, a infidelidade aos dados reais, inaceitável, segundo ele, num romance de costumes e, em *Iracema*, “os erros históricos, fantasias sintáticas, impropriedades etnográficas [...]” (CANDIDO, 1975, p. 366-367).

Quanto a Machado de Assis, destaca-se no quadro crítico romântico com o ensaio “O instinto de nacionalidade”, de 1873, onde observa que, no Brasil, a literatura atual se caracteriza por “certo instinto de nacionalidade”, manifesto nas opiniões, nos poetas e ficcionistas brasileiros e que continua “as tradições de

Gonçalves Dias, Porto Alegre e Magalhães” como estes “continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão” (ASSIS, 1980, p. 335). Tal instinto é responsável pela discussão em torno do indígena como elemento de nacionalização, sobre o qual diz Machado, é erro tanto a exclusão quanto a aceitação como “patrimônio exclusivo da literatura brasileira”, já que ele seria “um legado, tão brasileiro como universal” (ASSIS, 1980, p. 356-357). Os brasileiros tanto teriam essa consciência que não fizeram do índio sua única inspiração.

Machado ainda critica a opinião, para ele errônea e limitadora, de que só haveria nacionalismo em obras cujo assunto é local. Os poemas americanos de Gonçalves Dias, por exemplo, não seriam brasileiros, mas de “toda a humanidade, cujas aspirações, entusiasmo, fraquezas e dores geralmente cantam” (1980, p. 357). Segundo ele,

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (1980, p. 357).

Com essas palavras, Machado de Assis apregoa a conciliação de elementos nacionais e universais através desse “sentimento íntimo”, que deve estar presente na obra de arte (COUTINHO, 1969, p. 322). Situando-se entre o romantismo e o realismo, discerniu Machado de Assis o que era útil das teorias estéticas de ambos os movimentos, “e somando-as aos princípios eternos da arte literária, criou uma doutrina altamente seminal, ainda hoje válida, graças à independência e superioridade com que se situou” (Coutinho, 1969, p. 323).

Como é possível depreender, a historiografia, até o Romantismo, ateve-se, de modo geral, à tarefa de consolidação da cultura nacional, não poupando, para isso, esforço no trabalho de recuperação e investigação do passado, das origens, das

tradições, cujo resultado se verifica na *História Geral do Brasil* (1854-1857), de Varnhagen, bem como nas histórias, antologias, ensaios literários, de que é exemplo o *Florilégio da Poesia Brasileira*, do próprio Varnhagen e que lhe valeria, junto à sua *História Geral*, o título de pai da historiografia geral e literária brasileira, por sua seriedade na documentação e reconstituição de ambas. Daí a relação entre *historicismo* e *nacionalismo*, característica da época romântica (NUNES, 1998, p. 214), assim como sua “tendência historicizante”, de que fala Afrânio Coutinho (1988, p. 183) e que seria o elo entre o movimento romântico e o *historicismo* típico da segunda metade do século XIX.

### O romantismo e a discussão sobre a literatura como fato nacional

Se antes do romantismo ora se considera a existência autônoma de uma literatura *brasileira*, ora seu caráter de extensão da portuguesa, a partir dele impõe-se a compreensão da literatura como fato nacional. Isso porque, à idéia de uma nação independente, deveria necessariamente corresponder uma literatura tanto mais original, quanto mais distante dos liames portugueses; tanto mais brasileira, quanto mais conscientes seus autores da missão em criar uma literatura nacional, bem como reunir da produção colonial o que se relacionasse à nova proposta de incorporação da “realidade” brasileira, num trabalho de criação, reconhecimento e legitimação do *corpus* nacional. Daí, a íntima conexão da historiografia literária com o movimento romântico e de ambos com a história e política brasileira. Numa época de acentuado nacionalismo por motivo da independência política, o romantismo se encarregou de estender as feições autônomas à literatura, que expressou e incorporou o fato nacional, seja através da valorização do índio, considerado o primeiro habitante da América, seu passado histórico e mítico ao mesmo tempo, seja pelo aproveitamento da natureza americana, incentivado mesmo por estrangeiros, como Ferdinand Denis, refletindo a busca de

uma identidade que coincidia, nesse momento, com a do próprio país.

Por isso, diz-se que a historiografia literária brasileira nasceu com o romantismo, antecipando-se, conforme Afrânio Coutinho (1968, p. 182), às próprias obras de criação e estabelecendo uma teoria da literatura cujo cerne é o sentimento nacionalista, que, embora presente na produção colonial, só no século XIX alcançaria seu auge, sendo, com o romantismo, reconhecido sem reservas pela crítica literária.

Antonio Candido definiria como “manifestações literárias” a produção anterior a 1750, diferindo estas da literatura “propriamente dita”, que começa a ser formada com o senso de organização, no sentido de manifestação da vontade de fazer literatura, de consciência de integração no processo de formação literária, de início de uma tradição verificada pela presença de temas comuns aos românticos, que nasceria com os arcades mineiros. Essa visão é, também, a dos críticos estrangeiros e primeiros românticos, que

localizaram na fase arcádica o início da nossa verdadeira literatura, graças à manifestação de temas, notadamente o Indianismo, que dominarão a produção oitocentista. Esses críticos conceberam a literatura do Brasil como expressão da realidade local e, ao mesmo tempo, elemento positivo na construção nacional (CANDIDO, 1975, p. 25).

O fato de esses críticos assim conceberem a literatura brasileira é a causa de a reconhecerem a partir do arcadismo, quando se manifesta, mais amiúde, a intenção de retratar a realidade nacional através, sobretudo, do sentimento nativista.

Posicionando-se por outro ângulo, considera Afrânio Coutinho a existência de uma literatura nacional desde os tempos coloniais, com José de Anchieta, que iniciou “o processo de mitificação do indígena e de sua entrada para a consciência nacional como símbolo do Brasil” (COUTINHO, 1968, p. 171). Além disso, a obra de Anchieta revelaria natureza “barroca ou pré-barroca”, o que manifestaria, pela primeira vez, a fuga aos

padrões portugueses, já que, sendo o barroco uma arte espanhola, foi pouco cultivada e mesmo mal vista pelos portugueses, devido à dominação política que a Espanha exercia sobre Portugal. Para Afrânio Coutinho, não há duas literaturas, uma colonial e outra nacional. Há uma única literatura, cujo passado representa parte de um processo que se caracteriza pela gradual e crescente consciência nacional. Cita Aleijadinho como exemplo de adaptação à realidade brasileira dos critérios artísticos do barroco, bem como ressalta o brasileiro de sua obra numa época muito anterior à Independência. A diferença que há entre uma e outra época é de graus de nacionalismo; no entanto,

é um erro de perspectiva crítica e histórica exigir que uma época estética se exprima segundo os cânones de outra mais moderna [...]. Não é leal julgar uma época passada à luz dos padrões estéticos presentes, transferindo para ela o nosso critério de gosto e de realização artística (COUTINHO, 1968, p. 165).

Tal controvérsia quanto à nacionalidade, porém, não afeta o romantismo: ele é um movimento de índole indiscutivelmente nacionalista, assim visto por muitos críticos, inclusive pelos que o fizeram e se empenharam na finalidade de imprimir-lhe ou acentuar-lhe o caráter nacional, tanto que, segundo Antonio Candido, às vezes se faz necessário, “para acompanhar até o limite as suas manifestações, abandonar o terreno específico das belas-letras” (1975, p. 26). A existência de um período neoclássico anterior teria salvado o romantismo de afundar no particular representado pela experiência nacional; embora, por outro lado, a estreita relação desse período com o *filosofismo* do século XVIII tenha contribuído para acentuar a tendência, como diz Candido, *aplicada* dos escritores românticos, algumas vezes em prejuízo do aspecto estético, outras, “dando pontos de apoio à imaginação e músculos à forma” (1975, p. 27-28).

À historiografia literária romântica uniu-se o ideal de consolidação da nacionalidade. Estendendo-se o sentimento nacionalista da política à literatura enquanto criação ou reconhecimento, fez-se dele um critério para a avaliação de obras e escritores, assim como também um elemento de teoria literária

BIBLIOTECA DO A. L. A.

a ser por estes incorporado. Os primeiros a incentivarem esse princípio foram os estrangeiros que sobre a literatura brasileira se manifestaram, como Bouterwek, Sismonde de Sismonde, Garrett, Ferdinand Denis, particularmente este último, em 1826, descrevendo o exotismo da natureza americana e orientando os brasileiros no sentido de seu aproveitamento, bem como da história, do passado da jovem nação. Suas idéias de “nacionalização” da literatura brasileira seriam continuadas pelos membros da Sociedade Filomática, através da *Revista e*, depois, por Magalhães e os membros da *Niterói — Revista Brasiliense*. João Salomé Queiroga, que representa, segundo Aderaldo Castello, o pensamento geral da Sociedade Filomática, diz, no *Prólogo dos Arremedos — Lendas e Cantigas Populares*:

Dizem-me que sou acusado por deturpar a linguagem portuguesa. Mais de uma vez tenho escrito que comendo para o povo de meu país faço estudo, e direi garbo, de escrever em linguagem brasileira: se isso é deturpar a língua portuguesa, devo ser excomungado pelos fariseus luso-brasileiros. Escrevo em nosso idioma, que é luso-bundo-guarani (CASTELLO, 1975, p. 232).

Logo se vê a intenção nacionalista do autor, manifestando-se mesmo no nível da língua, em torno da qual se intensificaria, mais tarde, o combate travado tendo Gama e Castro de um lado e Santiago Nunes Ribeiro de outro. Aquele, afirmando que a produção literária dos brasileiros pertenceria à literatura portuguesa (COUTINHO, 1968, p. 27), uma vez que escrita nesta língua; este, defendendo a idéia de que não é a língua que determina a independência entre duas literaturas, mas a cultura peculiar de cada povo.

Também José de Alencar foi acusado de “deturpar a língua portuguesa”, por Pinheiro Chagas e Antônio Henriques Leal, que o tomam por escritor “incorreto e descuidado”, participando, segundo Pinheiro Chagas, da “mania a tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis” (MARTINS, 1983, p. 188-189). A resposta de Alencar aparece no “pós-escrito” de *Iracema*, em 1870,

em que demonstra profundo conhecimento da língua e, concluindo: “Assim, aqueles que censuram minha maneira de escrever, saberão que não provêm ela, mercê de Deus, da ignorância dos clássicos, mas de uma convicção profunda da decadência daquela escola” (MARTINS, 1983, p. 196).

Gonçalves de Magalhães, no “Discurso sobre a história da literatura brasileira”, publicado na *Niterói — Revista Brasiliense*, em 1836, menciona o passado do país e sua história de servil condição em relação à metrópole a justificar-lhe uma literatura também escrava da imitação européia. O fato de o Brasil não ter tido tão grandes inteligências deve-se, segundo ele, à sujeição a que o mantinha Portugal, pois “as ciências, a poesia e as belas artes são filhas da liberdade” (MAGALHÃES, 1980, p. 30). No entanto, a educação imposta não poderia se manter por muito tempo diante de uma natureza virgem e exuberante, a que não mais se adequava a mitologia, as Arcádias e os Parnasos. Tendo essa intuição, puderam os brasileiros encetar uma mudança, embora timidamente, sobre o que diz Magalhães:

mas enfim é já um passo, e praza ao céu que a conversão seja completa, e que os vindouros vates brasileiros achem no puro céu da sua pátria um sol mais brilhante que Febo, e angélicos gênios que os inspirem mais sublimes que as Piérides (MAGALHÃES, 1980, p. 33).

Mais à frente, o autor retoma as idéias de Ferdinand Denis, iniciando com a seguinte questão: “pode o Brasil inspirar a imaginação dos poetas, e ter uma poesia própria? Os seus indígenas cultivaram porventura a poesia?” (1980, p. 35). A resposta abrange a tese de que a “disposição e caráter de um país grande influência exerce sobre o físico e o moral de seus habitantes” (idem), além de uma romântica descrição da paisagem brasileira e da referência aos dotes poéticos e musicais dos indígenas do Brasil, concluindo que o país “não se opõe a uma poesia original, antes a inspira” (MAGALHÃES, 1980, p. 37). Finalizando o testemunho que o “Discurso” de Gonçalves de Magalhães representa do casamento que se operou entre romantismo e nacionalismo, seguem suas palavras:

No começo do século atual, com as mudanças e reformas que tem experimentado o Brasil, novo aspecto apresenta a sua literatura. Uma só idéia absorve todos os pensamentos, uma idéia até então quase desconhecida; é a idéia da pátria; ela domina tudo e, tudo se faz por ela, ou em seu nome (MAGALHÃES, 1980, p. 34-35).

Intenção semelhante à de Magalhães, de expressar as belezas pátrias, incentivar a representação da realidade nacional, proceder à criação de uma literatura original, documentar, avaliar e dar as diretrizes a essa criação tiveram Pereira da Silva, Torres-Homem, Joaquim Norberto, Machado de Assis, dos quais já se destacou, anteriormente, a importância e o papel que exerceram na discussão promovida no romantismo acerca da literatura enquanto fato nacional. Cumpre retomar, assim, as palavras de Antonio Candido quanto à vontade consciente, manifesta no romantismo, de fazer uma literatura independente, comprovada pelo empenho dos românticos em realizá-la quer através de criações, quer através da tarefa crítica e historiográfica, que lhe ia conferindo a identidade visada.

### Tipos de leitura

Com relação à avaliação, pela historiografia literária, de poetas do romantismo, podem-se mencionar quatro atitudes, observadas a partir de Sílvio Romero, José Veríssimo, Ronald de Carvalho, Mário de Andrade, Antônio Soares Amora, Afrânio Coutinho, Antonio Candido e Alfredo Bosi: o detalhe, a memória, o expurgo e a recuperação. Assim, há poetas sobre os quais o exame é pormenorizado e cuja obra é objeto de uma intenção crítica de reflexão, análise, compreensão ou comentários; há os que têm apenas seus nomes ou obras citados, às vezes com uma pequena observação referente a eles ou a suas obras; há os que são simplesmente ignorados em determinadas histórias, tendo aparecido em outra e há os poetas que são reavaliados ou redescobertos, passando a ser tratados mais detidamente.

Essas diferentes atitudes podem comparecer em um mesmo historiador, conforme o juízo que ele faça de cada poeta. No entanto, o detalhe é normalmente generalizado nas primeiras histórias, cujo caráter é o de formação do *corpus* literário. Nessas histórias, a memória é menos freqüente; o expurgo e a recuperação, quase inconcebíveis, devido à quase ausência de parâmetros anteriores. Pela própria forma de conceber a literatura como “qualquer manifestação da inteligência de um povo”, a *História da Literatura*, de Sílvio Romero, haveria de inserir muitos nomes e tratá-los quase todos detalhadamente, dado seu cunho histórico-documental. De José Veríssimo em diante, começa a haver uma redução do *corpus* romântico pela seleção mais criteriosa de poetas e obras, merecendo tratamento detalhado um número menor deles e favorecendo, portanto, as atitudes de memória e expurgo.

Romero menciona quarenta e três poetas, sendo que só três são apenas citados; José Veríssimo menciona vinte e cinco, dos quais nenhum é apenas citado, embora haja alguns nomes com tratamento bem menos detalhado que outros. Na *Pequena História*, de Ronald de Carvalho, aparecem trinta e quatro nomes, destes, apenas nove poetas são realmente analisados, os outros vinte e cinco são citados com referência de data; em alguns, referência a obra e estilo.

Não se tratando de uma *história* da literatura, mas da análise estética de alguns de seus aspectos, a obra de Mário de Andrade, *Aspectos da Literatura Brasileira*, faz um recorte estético-temático na abordagem de sete poetas, sendo dois deles quase que só mencionados. Antônio Soares Amora considera apenas seis poetas importantes na história do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela e Castro Alves, ocupando-se somente deles. Na obra organizada por Coutinho, comparecem quarenta e nove nomes, dos quais seis são intensivamente analisados, treze recebem um estudo mais sintético e os outros têm apenas o nome, alguma obra ou alguma característica mencionada. Antonio Candido apresenta quarenta

e quatro poetas, dez estudados detalhadamente, oito apenas citados e os demais todos têm algum aspecto de sua obra analisado, mais ou menos detidamente. Finalmente, Alfredo Bosi apresenta vinte e um poetas, dez apenas citados, três recebem alguns comentários, sendo que somente oito merecem maior trabalho.

Dessa forma, vê-se que a atitude detalhista foi se restringindo a uma média de sete poetas por historiador, não contando as obras de Romero e Veríssimo, onde quase não há variação de atitudes, prevalecendo o detalhe, embora a variação ocorra em graus, não só nestes, como nos outros historiadores: Romero, por exemplo, dedica quinze páginas a Castro Alves e cento e dez a Tobias Barreto. Quanto à atitude de memória, aumentou sensivelmente de três, em Sílvio Romero, para uma média de quinze os poetas apenas citados.

As mudanças de atitude podem ser decorrência da concepção que o historiador tem de literatura, conforme observado atrás; do juízo que ele faz de cada poeta e do objetivo que ele tem com sua obra: assim, a concepção de Romero acerca da literatura e seu objetivo histórico o levaram a estudar inúmeros autores. Seus juízos se manifestam por palavras e quase nunca pelo maior ou menor espaço dedicado a cada poeta (lembre-se a diferença de tratamento entre Castro Alves e Tobias Barreto). Ao mencionar vinte e cinco poetas, Veríssimo exclui dezoito daqueles que haviam aparecido em Romero. Tendo literatura por “belas-letras”, certamente menciona os poetas que considera dignos de apreciação “estética”, uma vez que nenhum deles é simplesmente citado. Ronald de Carvalho e Alfredo Bosi têm a intenção de uma *pequena história* ou de uma *história concisa*, sendo inviável que estudassem detalhadamente os quarenta e três poetas vistos por Romero. Da mesma forma, Mário de Andrade não pretende uma *história*, mas apenas um recorte estético e temático, para o qual contribuem poetas cuja seleção talvez seja devida à maior importância que lhes dê, como Soares Amora, que estuda apenas os seis, para ele, mais importantes. No caso de Antonio Candido, a intenção de historiar a *formação* da literatura brasileira talvez

seja responsável pelo elevado número de poetas analisados mais ou menos de maneira detida.

Segundo Benedito Nunes (1998, p. 243), a relação do modernismo com estilos anteriores talvez explique a reavaliação, por ele promovida, desses estilos, do século XVII e XIX, “possibilitando a redescoberta valorativa dos autores e obras que ocupavam lugares secundários ou inferiores na hierarquia canônica do Romantismo e do Naturalismo no início do século XX” (1998, p. 243-244). Não é só esse o motivo das reavaliações, mas também o fato de que o século XX assistiu a um avanço nos estudos aplicados, sendo que a literatura se ressentiu das influências da psicanálise, da lingüística, da sociologia, o que levou os estudiosos a uma revisão da literatura, adotando-se as novas perspectivas, como a estética, por exemplo, beneficiada pelo formalismo russo, pela lingüística, pela semiótica, pela poética (TADIÉ, 1992, p. 9-16).

Como resultado dessas reavaliações, Joaquim de Sousa Andrade – Sousândrade – poeta romântico, tem saído do esquecimento a que o relegaram durante algum tempo, recuperado pelo Concretismo poético, através de Augusto e Haroldo de Campos. Antes de reaparecer, porém, por estes autores, Sousândrade recebe estudo nas *histórias* de Coutinho e Candido.

Tem-se, assim, em linhas gerais, as diferentes atitudes que envolvem a tarefa histórica e crítica dos oito autores mencionados e que são devidas a diferentes concepções literárias, juízos sobre os poetas e propósito da obra. A partir da observação desse conjunto é possível verificar os princípios que nortearam a constituição do *corpus* romântico, compreendendo melhor o historiador, o crítico, o poeta e suas obras.

## REFERÊNCIAS

AMORA, Antônio Soares. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1955.

\_\_\_\_\_. *O Romantismo*. Vol. II de *A Literatura Brasileira*. 5 vols. São Paulo: Cultrix, 1967; 4.ed., 1973.

ANDRADE, Mário. de. *Aspectos da Literatura Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1972.

ASSIS, Machado de. Instinto de Nacionalidade. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980. P. 355-363.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 33. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 1.ed. Rio de Janeiro: Briguier, 1919.

CORRÊA, Almir Aquino. O Romantismo e a Nacionalidade da Literatura Brasileira. *Remate de Males*. Campinas, v.16, p. 43-51, 1996.

COUTINHO, Afrânio. *A Tradição Afortunada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

\_\_\_\_\_. *A Literatura no Brasil*. 2. ed.; 4.ed. 6 vols. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969; José Olympio, 1986.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1988.

MARTINS, Wilson. *A Crítica Literária no Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1983.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. 5. ed. 2 vols. Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

NUNES, Benedito. *Historiografia Literária do Brasil. Crivo de Papel*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998. P. 205-246.

RICARDO, Cassiano. Gonçalves Dias e o Indianismo. In: COUTINHO, Afrânio (org.). Vol. II de *A Literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969. P. 65-129.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 6. ed. 5 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

TADIÉ, Jean-Yves. *A Crítica Literária no Século XX*. Trad. Wilma Freitas Ronald de Carvalho. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.